

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO JOVEM CAMPONÊS: EXPECTATIVAS NA ESCOLA RURAL DA LOCALIDADE DE BOM RETIRO, MUNICÍPIO DE PIRACEMA – MG**Vagner Luciano de Andrade**Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI
Pós-Graduação em Educação do Campo, Mestre em Turismo (UNIATLANTICO)
trezeagosto@yahoo.com.br**Ludimila de Miranda Rodrigues Silva**Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Pós-Graduação em Geografia (Doutorado) - Área de Concentração em Organização do Espaço
ludimilardrigues86@gmail.com**Ana Paula dos Santos**Centro Universitário de Belo-Horizonte – UNI-BH
Graduada em Geografia e Análise Ambiental
paulinha.sants@gmail.com**RESUMO**

Num contexto urbano industrial capitalista, as escolas do campo são fechadas e seus prédios abandonados e/ou demolidos. Este trabalho desenvolvido na área de educação camponesa busca refletir sobre o papel das escolas rurais como mecanismo de construção da identidade local e expectativas do jovem camponês e de suas comunidades. Atualmente a saída do jovem do campo para a cidade ainda tem sido uma realidade constante e, no município de Piracema, estado de Minas Gerais, não é diferente. A questão central a ser apresentada e discutida neste artigo vem repensar a inserção do contexto escolar rural no âmbito do ensino das ciências socioambientais e humanidades e a especificidade da educação rural enquanto elemento para se problematizar a saída do jovem camponês para a cidade, seja por falta de expectativas, ou pelo objetivo de terminar seus estudos. A metodologia utilizada foi: pesquisa bibliográfica e documental, trabalhos de campo e entrevista semiestruturada. O presente trabalho analisa as contribuições e desafios do ensino nas escolas rurais do município mineiro de Piracema, tendo como referência à Escola Municipal “Geraldo Ferreira das Chagas”, localizada no povoado do Bom Retiro, que ainda reproduz indiretamente ideias culturais urbanas influenciando o processo de construção da identidade do jovem camponês.

Palavras-chave: Educação Camponesa. Escola Rural. Paisagem Rural. Êxodo Rural.

THE CONSTRUCTION OF THE IDENTITY OF THE YOUNG CAMPONÊS: EXPECTATIONS AT THE RURAL SCHOOL OF THE BOM RETIRO, MUNICIPALITY OF PIRACEMA - MG**ABSTRACT**

In a capitalist industrial urban context, the countryside schools are closed and their buildings abandoned and / or demolished. This work developed in the area of peasant education seeks to reflect role of rural schools as a mechanism to build the local identity and expectations of young peasants and their communities. Nowadays the young man's departure from the countryside to the city has still been a constant reality, and in the municipality of Piracema, state of Minas Gerais is no different. The central issue to be presented and discussed in this article is to comes to rethink the insertion of the rural school context in the field of socioenvironmental and humanities education and the specificity of rural education as an element to question the exit of the Young peasant to the city, either for lack of expectations, or for the purpose of completing their studies. The methodology used was: bibliographic and documentary research, field work and semi-structured interview. This paper analyzes the contributions and challenges of teaching in the rural schools of the municipal district of Piracema, with reference to the Municipal School Geraldo Ferreira das Chagas,

located in the town of Bom Retiro, which still indirectly reproduces urban cultural ideas influencing the process of identity of the young peasant.

Keywords: Peasant Education. Rural School. Rural Landscape. Rural exodus.

INTRODUÇÃO

Considerando a complexidade da realidade vivida pelo jovem no campo, o aspecto central deste estudo é a análise da qualidade do ensino no espaço campestre, e se a mesma atende as expectativas juvenis, no que se refere à construção de projetos de vida. Esta discussão resgata o debate sobre a essência dos elementos educacionais para que os mesmos promovam justiça social, proteção ambiental, qualidade de vida e dignidade humana nas escolas localizadas em áreas rurais.

As Ciências Socioambientais e as Humanidades têm como proposta didático-pedagógica a integração do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, das áreas de Ecologia¹, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Nesse sentido, partem do papel preponderante de propiciar a compreensão e a leitura do mundo considerando a diferenciação das diferentes realidades socioculturais, sejam elas predominantemente naturais, rurais ou urbanas. A Educação enquanto elemento de reconhecimento e valorização dos diferentes espaços geográficos, dentre os quais o campo, tem propiciado o desenvolvimento de várias pesquisas nos últimos anos, as quais buscam compreender as ruralidades que emanam dessas localidades, compreendendo, predominantemente, os aspectos relacionados à sua dimensão cultural de âmbito local. Repensando o sentido epistemológico deste contexto, o Ensino das Ciências Socioambientais e das Humanidades tece importantes contribuições na compreensão do espaço rural, bem como na valorização das escolhas e decisões do jovem camponês acerca de seu futuro, seja ele na cidade ou no campo. Se a opção escolhida pelo jovem for à primeira, é necessário prepará-lo para essa saída, sempre incentivando a continuação de seus estudos através de cursos de qualificação profissionalizantes. Mas, se em contra partida, o jovem pretende estabelecer-se no campo faz-se necessário favorecer sua integração local e a construção e/ou fortalecimento de sua identidade rural.

Sendo assim, o objeto deste artigo se concentra teoricamente nas reflexões epistemológicas sobre o espaço rural, assim como seu valor e importância propostos metodologicamente no Ensino de Ciências Socioambientais e das Humanidades, e como as mesmas são aplicadas na realidade da zona rural da cidade de Piracema (MG) contribuindo para ampliar as perspectivas dos jovens estudantes. Nesse sentido, este trabalho apresenta, o contexto da Educação Rural² e sua submissão ao contexto urbano, a partir de um estudo de caso da localidade de Bom Retiro em Piracema, tecendo considerações teóricas sobre a urgente necessidade de reformulação da mesma como instrumento de valorização da cultura e da paisagem do campo.

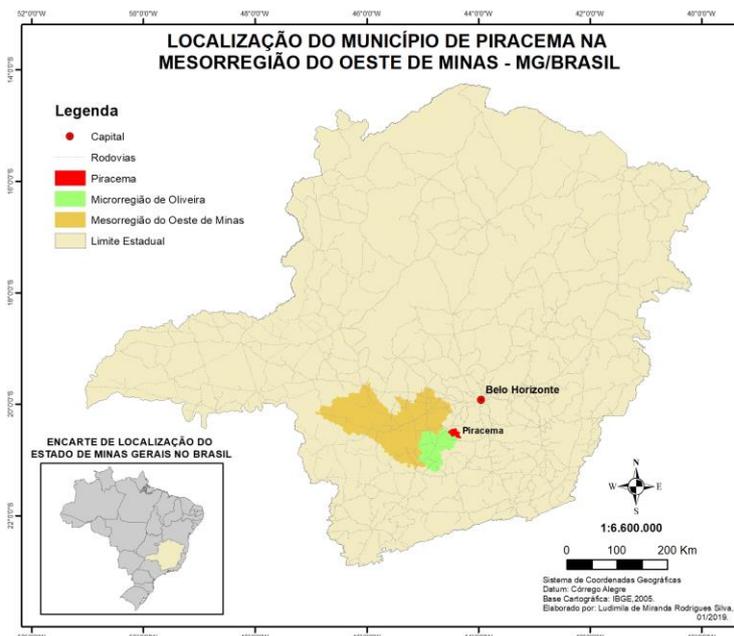
Caracterização da área de estudo

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Piracema – MG é um município de 6.406 habitantes e área territorial de 280 km² localizado na microrregião de Oliveira (mesorregião Oeste de Minas), à aproximadamente 120 km de Belo Horizonte. O

¹ Neste artigo optamos por utilizar a Ecologia, enquanto componente curricular no âmbito docente das Ciências Biológicas, por entender que a mesma, enquanto detentora de uma autonomia metodológica, epistemológica e, sobretudo, teórica, constrói elos de interculturalidade e interdisciplinaridade com a área de Humanidades, consolidando assim aquilo que se denomina de Ciências Socioambientais. Neste contexto, as expressões “Ecologia, Filosofia, Geografia, História e Sociologia” e “Ciências Socioambientais e as Humanidades” equivalem à mesma problematização pedagógica.

² Destaca-se aqui a terminologia Educação Rural, compreendida por Melo (2011) enquanto uma construção identitária, que, para o autor difere da Educação do Campo, a qual, em sua concepção, consiste em uma educação realizada em uma localidade rural. Embora reconheçamos que, uma parte dos autores que pesquisam essa área possuem visões divergentes a respeito dessa definição, optamos seguir tais concepções para a construção deste artigo.

município se limita com os municípios de Carmópolis de Minas, Crucilândia, Desterro de Entre Rios, Itaguara, Passa Tempo e Piedade dos Gerais.



Por dados aproximados de Magela Neto (1991) sabe-se que o início da povoação ocorreu em meados de 1768 e, antes de se emancipar, Piracema tinha a denominação de Rio do Peixe (relativa ao curso d'água que corta a cidade), sendo um distrito de Entre Rios até 1938. A partir deste ano, o distrito passou a pertencer ao município de Passa Tempo, não só pela proximidade, mas principalmente pela afinidade entre os moradores de ambos. Uma grande vantagem que essa mudança trouxe para Rio do Peixe foi a abertura de uma estrada ligando Passa Tempo à capital do estado passando por sua sede distrital, Crucilândia, Bonfim e Brumadinho, existente até hoje, embora substituída como via principal pela Rodovia Federal Fernão Dias/BR 381. Sobre a toponímia tupi-guarani, Piracema (pira = peixe, cema = agitados):

Segundo a tradição, o nome primitivo do povoado - Rio de Peixe - teria sua origem na existência de grande quantidade de peixes encontrada por garimpeiros que procuravam ouro nos rios da região. Outros contam que num dos rios próximos à cidade teria sido descoberto um enorme surubim. Entre as várias histórias, o que se tem como certo é que o povoado Rio do Peixe existe desde 1855. Até 1938, pertencia a Entre Rios, passando, então, a pertencer a Passa Tempo (IBGE, 2017, p.1).

Somente em 12 de dezembro de 1953 houve a emancipação do Distrito de Rio do Peixe, através do decreto estadual nº. 1.039. Conta-se, segundo relatos orais, que antes da emancipação, numa época em que não existiam leis ambientais rigorosas, foi pescado durante o fenômeno da piracema um grande peixe vindo do Rio Pará, que fica a cerca de 9 km da sede (SANTOS & LACERDA, 2008). O nome "Piracema", sugerida por um dos moradores da época após visitar um clube com esta denominação, em Santana do Pirapama – MG teve aceitação unânime dos moradores da nova cidade. Eles queriam um topônimo que mantivesse de alguma forma uma ligação com a denominação anterior de Rio do Peixe. Com isso, a sugestão do novo nome de Piracema foi aprovada sem nenhum problema, demonstrando uma comunidade unida e coesa. Mas o nome da cidade não é exclusividade, pois existe no estado do Espírito Santo, um distrito pertencente a Afonso Cláudio, que também tem a mesma toponímia do município mineiro.

A população total da zona rural de Piracema é de 3.372 habitantes (IBGE,2010). Economicamente, a atividade predominante é a agropecuária praticada, na maioria dos casos, na modalidade de agricultura familiar. Além de cultivos para subsistência, o pequeno agricultor

pratica também a pecuária, com destaque para a criação de gado leiteiro e, em alguns casos, o bovino para corte (SANTOS & LACERDA, 2008). Na agricultura, a tecnologia trouxe novas possibilidades de renda para o pequeno agricultor, com adubos e sementes mais resistentes às pragas e mesmo com falta de dinheiro para investir nas plantações busca-se auxílio e suporte na prefeitura municipal que possui alguns projetos técnicos. Por ser predominantemente rural, o município possui seis escolas municipais, a maioria delas inseridas em localidades camponesas e apenas uma estadual localizada na sede municipal (área urbana) sendo essa a única a oferecer o ensino médio (Tabela I).

Tabela I – Município de Piracema – MG: escolas da rede pública de ensino.

Estabelecimento de ensino	Localização	Demanda escolar						
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Escola Especial Dona Laura Mata Andrade	Av. Gabriel Passos, 66 – Sede					X		
Escola Estadual Hermenegildo Vilaça	Av. Onofre Pinto Lara, 40 – Sede	X	X	X	X			X
Escola Municipal Deiró Alves Belo	Joaquim Rodrigues – Zona Rural	X	X	X				
Escola Municipal Doutor José Alves de Andrade	Povoado dos Costas – Zona Rural							
Escola Municipal Eni Resende Costa Lara	Rua Anísio Marques, 40 – Sede		X					
Escola Municipal Geraldo Ferreira das Chagas	Bom Retiro – Zona Rural	X	X					
Escola Municipal Joaquim Pinto Lara	Perobas de Cima – Zona Rural	X	X					
Escola Municipal Lúcia Emília Andrade Lara	Rua Jove de Melo, s/nº – Sede	X						

(1) Educação Infantil; (2) 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental; (3) 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental; (4) Ensino Médio; (5) Ensino Especial; (6) Educação de Jovens e Adultos; (7) Ensino Técnico.

Adaptado de SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (2009)

A escolha de uma escola rural, dentre as várias existentes no município, se deu de maneira a escolher um pólo de referência e, a partir dele, investigar as perspectivas dos jovens estudantes diante da realidade do espaço geográfico local e da educação rural camponesa no respectivo município. Neste sentido, escolheu-se a localidade rural de Bom Retiro, a qual, por sua vez, corresponde ao povoado mais distante da sede municipal (mais de 20 km de distância). Devido a esta localização mais remota, vale ressaltar que algumas localidades campesinas do entorno de Bom Retiro, tais como: Geada, Morro Grande e Tapera apresentam uma ligação e identificação mais próxima com Desterro de Entre Rios por estarem entre 10 e 15 km dessa cidade. Assim, os moradores destas respectivas localidades acabam se dirigindo para a sede do município desterrense para realização de algumas atividades cotidianas disponíveis nas sedes municipais, como bem ressalta Andrade (2007, p.49):

Os moradores das localidades de Bom Retiro, Geada, Morro Grande, Tapera e adjacências se dirigem à sede do município de Desterro para compras, estudos, lazer, sepultamentos, evidenciando laços de proximidade, resultantes principalmente da distância superior a 20 km de Piracema. No passado, moradores destas localidades, somente iam a Piracema para registros civis de nascimento, casamentos e óbitos e para casamentos religiosos, mas esta distância se reduziu muito nas últimas décadas devido a facilidades de acesso ao respectivo município.

Outra observação refere-se ao possível comprometimento na qualidade do ensino e aprendizagem em decorrência destas distâncias e das dificuldades que elas impõem a professores e alunos. O povoado e as localidades adjacentes também se caracterizam pela constante saída de pessoas para outros lugares em busca de melhores condições de vida. Segundo Andrade (2008, p.29):

Neste contexto se destacou a agricultura familiar voltada à subsistência, com venda do excedente, em especial o plantio no regime de meeiro. Com o passar do tempo, os solos foram se exaurindo, em decorrência do seu uso contínuo e inadequado. Um conjunto de incertezas e a ameaça da fome fizeram com que as pessoas sonhassem com novas perspectivas de vida e, em decorrência destes fatores, vários deslocamentos começaram a ocorrer para Goiás, São Paulo, Belo Horizonte e outras localidades de Minas Gerais. Nos sertões do estado de Goiás, a busca foi por terras férteis e fartura de alimentos e nos grandes centros urbanos por empregos na indústria, no comércio e serviços.

Quanto à realidade da educação camponesa, a respectiva unidade escolar, localizada na zona rural, foi a primeira implantada no sistema municipal de ensino camponês a partir de 1999, o qual, por sua vez, passou a ser composto por núcleos escolares que reuniam em um único espaço as antigas escolas rurais denominadas popularmente como “salões” de uma determinada região. Na época, a instituição escolar ainda se chamava “Escola Municipal Benjamim Constant” sendo subdividida em três anexos localizados nos povoados do entorno: um nos Coqueiros, outro no Morro Grande e outro anexo na Tapera. Uma reportagem de 1999 registrou a mudança:

O município de Piracema, Oeste de Minas, hoje com cerca de 6,5 mil habitantes, têm experimentado uma estrutura nova no ensino rural. Trata-se do projeto de construção de núcleos (Nucleação), que reúnem estudantes de vários distritos e lugarejos em uma mesma escola. Eles chegam até a unidade escolar através de vans e kombis cedidas pela prefeitura local. A primeira escola do projeto foi construída no Bom Retiro e funciona em um turno, de 1ª a 4ª séries. No entanto, a promessa do prefeito Antônio Osmar da Silva (PSDB), é ampliar as salas e chegar até a 8ª série o mais rápido possível (SANTOS & LACERDA, 2008, p.5.).

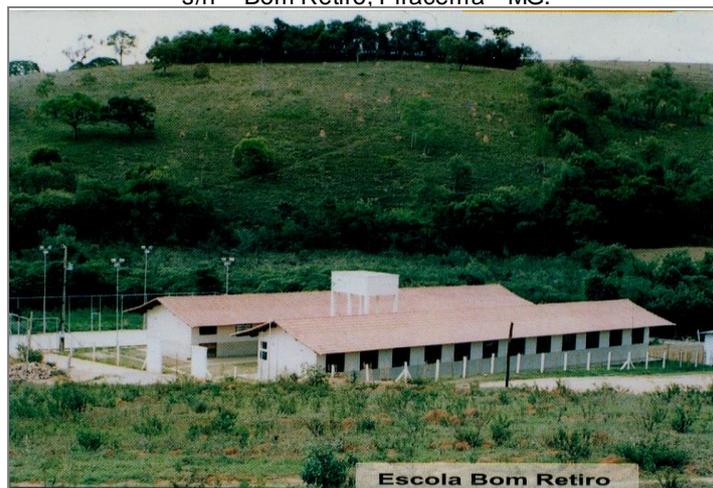
Objetivando se adequar à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), datada de 1996, o novo sistema rompeu com a metodologia de professores camponeses sem curso superior que tinham poucos alunos em classes multisseriadas, e que eram responsáveis ainda pelo preparo da merenda e zeladoria do espaço escolar. Atualmente o núcleo escolar rural municipal denominado “Escola Geraldo Ferreira das Chagas”, antiga Escola Benjamim Constant (Figura 02), funciona somente no turno da manhã, ofertando as séries iniciais do ensino fundamental. O espaço é grande e significativo e poderia ofertar nos turnos da tarde e da noite, os anos finais do Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Técnico-profissionalizante. Esta situação não mudou desde a inauguração do prédio, quando a reportagem relatava que:

Atualmente, meninos da Tapera, Morro Grande, Taquara, Mundéus, Coqueiros e do próprio Bom Retiro ocupam os espaços do Núcleo, que ainda conta com horta, quadra de futsal e vôlei (iluminada) e biblioteca. Os estudantes que estão cursando de 5ª a 8ª na região ainda encontram dificuldades, pois têm que ir para a cidade vizinha de Desterro de Entre Rios, pela manhã. “Mas isso deve acabar, pois o Núcleo do Bom Retiro vai absorver aos poucos, estes meninos que hoje vão para Desterro”, garante Osmar (SANTOS & LACERDA, 2008, p. 6).

A promessa realizada na gestão que implantou o núcleo não se concretizou tecnicamente e os alunos da região do Bom Retiro ainda cursam as demais séries do ensino fundamental e o ensino médio na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, na sede do município de Desterro de Entre Rios, por ser esta a unidade escolar mais próxima, da mesma forma quando da época em que foi realizada a respectiva reportagem:

Quanto ao 2º grau, o prefeito garante que o melhor caminho é a parceria com outras cidades: “Dividimos as despesas e enviamos os alunos para a cidade mais próxima da residência do aluno. No caso do Bom Retiro e região, os estudantes têm vagas garantidas em Desterro de Entre Rios. O importante é ter escola para todos da zona rural que desejam estudar” (SANTOS & LACERDA, 2008, p.6).

Figura 01 – Foto da Escola Rural localizada à Rua Antônio de Almeida, s/nº - Bom Retiro, Piracema – MG.



Fonte – SANTOS & LACERDA, (2008).

Cultura escolar e êxodo rural

A escola escolhida como referência certamente retrata a situação da educação camponesa no Brasil. Diante deste cenário, o papel do estabelecimento escolar enquanto instituição educadora e formadora, talvez explique as possíveis razões do êxodo rural e seus motivos aparentes, dentre outros aspectos próprios da realidade campestre (SANTOS & LACERDA, 2008). Buscando especificamente, repensar o papel das disciplinas de Ecologia, Filosofia, Geografia, História e Sociologia neste contexto, compreende-se a necessidade de que elas sejam estimuladoras do desenvolvimento sustentável local, interagindo com as famílias dos alunos e indo além dos limites físicos da sala de aula, buscando integrar reflexões teóricas com aulas práticas, aproveitando ao máximo o espaço natural no entorno, no qual eles vivem. Se tratando da educação rural é necessário que a escola sempre reafirme a especificidade cultural do campo, valorizando sempre o conhecimento prévio do discente herdado da sabedoria de seus familiares, no cuidado e manejo com a terra. O objetivo da educação neste contexto espacial é contribuir para as reflexões acerca da especificidade cultural, social, política e econômica dessa realidade, além de auxiliar na efetivação da qualidade de vida e inclusão social dos camponeses. Esta histórica discussão tem, inclusive, caminhado para importantes ações e conquistas como a recente implantação do curso intercultural e interdisciplinar de Licenciatura do Campo³, com duração de quatro anos, ofertado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde o vestibular de 2009.

Para se pensar em uma educação verdadeiramente camponesa analisa-se teoricamente, a partir da Educação, a questão do êxodo local, o qual, por sua vez, esvazia a zona rural e amplia os centros urbanos refletindo fortemente na sociedade atual a exclusão de milhares de camponeses. Historicamente, a população mundial viveu no campo por um longo período, mas aos poucos foram surgindo às urbes que traziam consigo um novo modo de vida e transformações no ambiente e na sociedade (SANTOS & LACERDA, 2008). Devido à série de circunstâncias, a educação escolar passou prioritariamente a ser desenvolvida na cidade com a finalidade de construir conhecimentos, que visavam, em primeiro lugar, à formação ética e cultural dos alunos citadinos. Segundo Faria Filho (2005, p.15):

Muitos estudos chamam a atenção para o fato de a escolarização na modernidade ser um fenômeno observado prim eiramente nas cidades e que o fortalecimento da escola como instituição de socialização está vinculado às grandes transformações que ocorreram nas cidades a partir do século XVI na Europa e no Brasil, a partir do século XIX.

³ A UFMG é uma das instituições públicas federais que implantaram, a partir de 2009, o curso regular de graduação em Licenciatura do Campo, com duração de quatro anos em quatro habilitações: Ciências da Vida e da Natureza (Biologia, Ecologia, Física e Química), Ciências Sociais e Humanidades (Filosofia, Geografia, História e Sociologia), Letras, Artes e Literaturas e Matemática.

Com o contexto de reestruturação da sociedade, é fato que as populações do campo, apesar de possuírem um maior sentimento de ligação com a terra, passaram a sofrer grande influência da sociedade moderna e dos processos de globalização, ameaçando a especificidade cultural do modo de vida campestre. Neste processo, as ruralidades foram gradativamente sendo consideradas como sinônimo de atraso ou retrocesso, mediante o desenvolvimento e o progresso que seriam qualidades inerentes apenas à realidade das urbes. No Brasil, devido ao fato de sua essência agrária desde os tempos da Colônia, nunca houve uma preocupação mais direta com a especificidade da escola rural. Com a reformulação da sociedade brasileira, o campo gradativamente se esvaziava, pois a prioridade era o crescimento econômico orientado pela égide do sistema urbano-industrial capitalista. Este crescimento socioeconômico inaugurou a era do gradativo esvaziamento das áreas rurais com direcionamento da população aos centros industriais e grandes cidades (SANTOS & LACERDA, 2008). Afirmarões de Leite (1996) destacam como o reflexo do movimento populacional nos anos 1910 e 1920 trouxe uma preocupação da sociedade brasileira para o tema após serem constatados problemas migratórios, aumento da miséria, dentre outras graves questões sociais:

A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 10/20, quando um grande número de habitantes da zona rural deixou sua localidade de origem em busca das áreas que se iniciavam em um processo de industrialização mais amplo (LEITE, 1996, p. 61).

O processo de industrialização, e conseqüente urbanização, que reconfigurou a sociedade brasileira criou uma histórica ilusão de que qualidade de vida estaria somente nos grandes centros urbanos próximos de áreas industriais, onde haveria oportunidade garantida de emprego. Apesar de a situação ter ocorrido há algum tempo, a mentalidade repassada à população rural de que uma vida melhor estaria na cidade grande parece não ter se modificado muito. Ainda encontram-se, em algumas áreas campestres, grandes movimentos migratórios. E assim, como na história da cidade, os peixes no período da piracema buscam novas águas, os jovens de Piracema estão a cada dia buscando novas oportunidades e lutando contra a maré dos desafios que a sociedade globalizada impõe. No caso da zona rural piracemense, essa saída do jovem é cada vez mais constante, quando por falta de perspectivas, na maioria das vezes, migram para alguma urbe da região metropolitana de Belo Horizonte, em busca de emprego ou de continuação dos estudos (SANTOS & LACERDA, 2008). Além da falta de escolas técnicas e universidades próximas para a realização de cursos de profissionalização e aperfeiçoamento, faltam também no campo oportunidades diretas de emprego, criando perspectivas errôneas no aluno de que uma vida melhor seria encontrada somente na cidade.

Esta supervalorização urbana e desvalorização da vida no campo influencia também a ação do professor, que se torna, às vezes sem saber, um evidente fator que contribui para aumentar o êxodo rural ao trabalhar a cultura urbana em sala de aula, gerando a ilusão de que a saída para a cidade é a única garantia de uma melhor condição de vida. Tais aspectos evidenciam, cada vez mais, a necessidade de se refletir sobre o papel da educação rural e de seu ensino específico para a formação e fixação do jovem no campo. Nesse sentido, vale refletir que o êxodo rural não é somente uma consequência da má qualidade no ensino no espaço agrícola, mas, um fator histórico que merece destaque porque apresenta a realidade social vívida pelas comunidades campestres num mundo cada vez mais globalizado. Atualmente o campo passa por uma reconfiguração socioeconômica levando a sociedade ao questionamento da essência e da função da cultura camponesa. Neste processo, inúmeras famílias camponesas lutam dignamente pelo "pão de cada dia", não sendo devidamente valorizadas pela sociedade atual no que se refere à sua especificidade cultural e seu modo próprio de viver.

Por outro lado, a dificuldade de renda estável é outro problema cotidiano que o pequeno agricultor enfrenta, pois apenas com atividades agrícolas, a remuneração é pouca para que ele sustente seus familiares e continue morando no interior. Como as famílias geralmente são numerosas, o jovem acaba por sair para a cidade em busca de novas perspectivas e oportunidades de trabalho (SANTOS & LACERDA, 2008). Esta saída de jovens compromete o desenvolvimento das práticas agrícolas de subsistência, levando aos membros de suas

famílias a necessidade de adaptação no quesito mão de obra familiar. Esta realidade é retratada nas palavras de OLIVEIRA (1997, p. 56), quando o autor diz que “quando a família camponesa não completa totalmente a sua necessidade de trabalho, deve completá-la pela ajuda mútua entre camponeses”. Esse é um fator bastante comum em Piracema, onde os agricultores buscam ajuda de famílias vizinhas, principalmente nos períodos do plantio e colheita - surgindo assim os chamados “dias trocados”, quando uma família trabalha para outra e vice-versa alternando os dias de trabalho (SANTOS & LACERDA, 2008).

Mas existem possibilidades de diminuição no êxodo rural resultando na fixação de camponeses com qualidade de vida e inclusão social. E a escola precisa fazer parte deste contexto cultural, começando a enfatizar com seus jovens a valorização do campo e a importância de buscar possibilidades de recursos que o meio campestre oferece, e apresentando-os como desfrutar desses meios e de oportunidades oferecidos. A juventude rural tem necessidade de mudanças, e associada à fase de transformação, os alunos buscam o contexto urbano, diferente e desconhecido, incorrendo assim na desvalorização dos benefícios que o campo oferece (SANTOS & LACERDA, 2008). No modelo educacional tradicionalmente adotado nas áreas rurais, esses estudantes sofrem grande influência da cultura urbana desde pequenos, Knijnik⁴(1996, p.142 *apud* ROMANO E CUNHA,2005, p. 06) retrata que “[...] são milhões de crianças que, na escola, veem seu mundo sempre ocultado, seja através do que consta nos livros didáticos, seja através dos conteúdos trabalhados na sala de aula, conteúdos da cidade”.

Neste contexto, tendo por base questionamentos propostos por Santos & Andrade (2008) é preciso refletir sobre algumas questões: A escola rural desenvolve uma linguagem que valoriza a cultura camponesa incentivando a permanência do homem no meio rural? Como é a relação existente entre o professor e os alunos? Tais educadores contribuem para a formação de uma identidade condizente com a realidade do campo? Quais as expectativas juvenis para o futuro e como os docentes têm contribuído para isso? Os discentes entendem o objetivo e valores do ensino das Ciências Socioambientais e das Humanidades identificando-os e aplicando-os na cultura campestre? O que faz os jovens se dispersarem do campo? Quais são os fatores que propiciam o desejo de sair do campo para encontrar melhores condições de vida na cidade? (SANTOS & LACERDA, 2008). Essas são algumas das indagações existentes e fundamentais para entender a realidade dos alunos camponeses a partir de princípios educacionais que merecem destaque e que precisam ser reavaliados e definitivamente concretizados. Cordeiro (2005, p.4) questiona acima de tudo a metodologia urbana vigente no ensino das escolas rurais:

Fala-se muito em trabalhar a realidade dos alunos, porém, o que se vê nas salas de aula é um projeto puramente teórico, longe do conteúdo da criança, transportando-a para um mundo desconhecido e descaracterizando-a de seu mundo real. Deixando lacunas em seu aprendizado, enfatizando a cultura urbana, esquecendo seu mundo rural.

No intuito de discorrer a respeito de tais indagações e metodologias vigentes nas escolas rurais, expomos a seguir a respeito de como esses processos se consolidam a partir da legislação educacional brasileira.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: existe uma educação para o campo?

Pensando na distorção criada a partir da diferença cultural entre campo e cidade, fica claro que a escola rural necessita que seus valores educacionais sejam reconhecidos e resgatados. Embora não haja nenhuma menção direta acerca deste tema na Constituição Federal de 1988, cita-se como exemplo, o 28º artigo da Lei Federal 9.394, conhecida como LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabeleceu as seguintes considerações desde 1996:

⁴ KNIJNIK, Gelsa. Exclusão e Resistência: Educação Matemática e Legitimidade Cultural. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 13).

O respectivo artigo da LDBEN explicita a necessidade de uma revisão e reformulação do sistema educacional brasileiro no que se refere a preencher uma lacuna histórica, que afeta diretamente as comunidades camponesas do país, reforçando seus direitos e deveres. Educação que respeite e valorize a realidade camponesa é um direito do cidadão rural e um dever que o poder público não tem cumprido. Visto que em alguns municípios esta condição não é respeitada, além das discussões em torno da temática, algumas medidas têm sido tomadas no sentido de se capacitar profissionais especificamente para o exercício da Educação Camponesa.

Várias faculdades particulares também estão apresentando ao MEC propostas de implantações de graduação e especialização, nesta área, seja na modalidade presencial ou à distância (SANTOS & LACERDA, 2008). Estas propostas pedagógicas de formação específica de professores rurais trazem a perspectiva da revisão e reestruturação dos padrões educacionais vigentes no contexto campestre implicando, sobretudo, no rompimento imediato com o modelo de educação convencional baseado na vida urbana, que diminui o valor da vida no campo. Assim algumas questões teóricas levantam-se a respeito da unidade escolar camponesa enquanto formadora de uma identidade campestre e como o espaço geográfico local é trabalhado em sala de aula na construção dessa identidade. Lacerda (2006, p. 09), destaca que "o ensino da geografia tem sentido quando o aluno compreende o mundo em que vive e busca sua transformação, visando qualidade de vida ambiental e humana". Nesta perspectiva encontram também contribuições teóricas, metodológicas e epistemológicas das disciplinas de Ecologia, Filosofia, História e Sociologia. Ainda no estado de Minas Gerais, vale a pena ressaltar que, em 11 de dezembro de 2015 foi promulgada a Resolução SEE nº. 2820, que institui as diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo do estado, o que se configurou um marco importante para a conquista da educação rural mineira.

A educação exerce o papel de instrumento primordial de formação de cidadãos críticos e conscientes e tem nas Ciências Socioambientais e das Humanidades uma de suas maiores parceiras metodológicas no que se refere à realização deste objetivo. Neste sentido, ao analisar a diferença cultural entre campo e cidade e os possíveis elementos que acabam resultando na submissão e desvalorização do espaço rural, pensa-se além das discussões teóricas sobre a necessidade de reformulação do sistema educacional, no papel dos professores de Ecologia, Filosofia, Geografia, História e Sociologia para a valorização da ruralidade. Tendo como base, Santos & Lacerda (2008), é possível acreditar que como demais elementos epistemológicos da educação, o ensino das Ciências Socioambientais e das Humanidades representa o ingresso para o mundo, o fundamento para a vida, a formação de conhecimento e promoção de cidadania. Nesse aspecto verifica-se que o ensino de Ecologia, Filosofia, Geografia, História e Sociologia na escola camponesa contribuem para criação de um senso crítico e de uma reflexão sobre quantas vezes o rural remete à pobreza ou ao isolamento do mundo e se isso é verdade absoluta ou não. É exatamente nessa realidade de submissão e desvalorização do campo que se observa a necessidade do rompimento imediato com práticas educativas que valorizam o mundo urbano e subestimam o meio campestre. Para Cordeiro (2005, p.4) a educação camponesa tem que ter verdadeiro sentido, significado e aplicabilidade para seus alunos:

A educação escolar das crianças do meio rural fica fragmentada, quando lhes são implantados os valores e costumes urbanos, porque a realidade deles é outra. Eles podem se sair muito bem na escola, mas, na vida eles vão se comportar de outra maneira, muito do que eles aprendem na escola não tem um valor utilitário para a vida deles, está fora do seu contexto.

Não se pode em momento algum esquecer a realidade do campo no qual o aluno está inserido, portanto, reafirmando o papel fundamental da educação é necessário que o professor conheça bem a cultura local. A prática educacional tem a missão de valorizar e repassar as diferentes formas de cultura existentes ressaltando a importância de sua ampla aceitação e consecutiva valorização. Sendo assim, numa instituição escolar de uma grande cidade, a cultura local de um aluno camponês será valorizada, mesmo sendo ele oriundo de uma realidade diferente daquela. Desse modo, a valorização de culturas diferentes se refletirá na formação escolar dos sujeitos fazendo com que o ensino tenha um lugar essencial como indicativo de inclusão social e de valorização do próximo, independente de sua condição e origem. Como afirma Dayrel (1996, p. 141), a escola expressa um universo de culturas e nada mais é que “fruto de um conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais”.

Diante dessa realidade é importante refletir sobre a educação “urbana” no campo, fazendo uma analogia ao que é proposto metodologicamente pela escola rural aos seus discentes, buscando entender esses aspectos de assimilação de outra cultura. Um problema agravante nesse processo de conhecimento da realidade é o fato de que os professores rurais, como no caso de Piracema, na maior parte das vezes são oriundos da cidade, bem como de outras urbes próximas. Como mudar se existe ainda a presença de educadores de origem urbana, que muitas vezes não incentivam aos alunos a valorizarem o campo? Mas o professor da escola camponesa também padece, pois além do completo desconhecimento da realidade em que atuam estes profissionais precisam se deslocar em meios de transportes precários e por estradas em péssimas condições de circulação para chegarem à escola rural (SANTOS & LACERDA, 2008). Quando chegam à comunidade campestre para começar seu dia de trabalho encontram muitos estudantes cansados por terem também enfrentado um longo caminho, percorrendo distâncias de até 20 km de ônibus, de suas casas até a escola. No caso da localidade rural de Bom Retiro, distante 26 km de Piracema, os alunos chegam de ônibus das mais diversas localidades do entorno, enquanto que os educadores vêm da cidade, para lecionarem em pequenas classes, com poucos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que a prefeitura municipal disponibiliza ônibus para todos os estudantes e professores que cursam o nível superior em escolas e faculdades localizadas em outras cidades vizinhas, como nos municípios de Cláudio e Oliveira.

Escola camponesa e a construção da identidade rural

A influência do professor no ensino das Ciências Socioambientais e das Humanidades para com o aprendizado do discente é assunto de fundamental relevância refletindo profundamente nos processos de aprendizado e de vida social dos educandos nas mais diferentes realidades, incluindo a rural. A importância de se estudar a realidade do campo na escola é essencial para se pensar sobre a questão do ensino, bem como a influência do educador sobre os alunos, resultando na valorização da vida no campo pelos estudantes (SANTOS & LACERDA, 2008). Assim o professor necessita preparar-se constantemente para lidar com essa realidade, em sala de aula, visando sempre à formação do cidadão rural, engajado e conectado com sua realidade. Para Paulo Freire (1993, p.188) repensa-se a formação dos educandos como uma atitude que prepara para o ato de viver, de produzir pensamentos, e ainda mais, aprender a aprender, aprender a viver, aprender a ser, aprender que a vida é um constante aprendizado:

O professor deve ensinar. É preciso fazê-lo. Só que ensinar não é transmitir conhecimento. Para que o ato de ensinar se constitua como tal, é preciso que o ato de aprender seja precedido, ou concomitante ao ato de aprender o conteúdo ou o objeto cognoscível, com que o educando se torna produtor também do conhecimento que lhe foi ensinado.

Na educação camponesa é preciso considerar a realidade local valorizando o espaço rural e, sobretudo, o conhecimento prévio do aluno. Para viabilizar o ensino, é necessário, o diálogo que proporciona a compreensão e o aprendizado, uma linguagem condizente com a realidade de vida, a aplicação de metodologias a partir de um estudo teórico que aprofunde a realidade do campo valorizando o meio rural como espaço particular de vivência (SANTOS & LACERDA, 2008). É importante que na escola rural exista um constante diálogo entre professores e

discentes, sobre a realidade campestre em que estes vivem para assim trabalhar a realidade local integrando teoria e prática. O educador será receptivo ao ambiente de informações que os alunos trazem, pois as experiências de vida trazidas do núcleo familiar fazem com que o ensino seja igualitário, construindo um aprendizado de trocas a partir de um conteúdo teórico que facilite essa trajetória através do “simples⁵” ato de ensinar (SANTOS & LACERDA, 2008). Desse modo, a experiência dos indivíduos é significativa na construção de sua identidade cultural. E para compreendê-la, é necessário levar-se em conta a dimensão da experiência vivenciada por cada educando que chega à sala de aula trazendo consigo uma história de vida e de luta, pois:

Numa mesma sala, podemos ter uma diversidade de formas de articulação cognitiva. Dessa forma, para a aprendizagem se efetivar é necessário levar em conta o aluno em sua totalidade, retomando a questão do aluno como um sujeito sócio-cultural, quando sua cultura, seus sentimentos, seu corpo, são medidores no processo de ensino e aprendizagem (DAYREL, 1996, p. 156).

A formação escolar, intelectual e moral do aluno deve condizer com a sua cultura. A escola como formadora de sujeitos socioculturais será o local de convivência e interação, considerando as experiências pessoais de vida trazidas pelo estudante, bem como a diversidade cultural que, por si só, já contribui para o aprendizado, ensino e pela configuração educacional do próprio espaço escolar, como bem ressalta Dayrell (1996, p.140):

[...] compreender esses jovens que chegam à escola é aprendê-los como sujeitos sócio - culturais. Essa outra perspectiva implica em superar a visão homogeneizante e estereotipada da noção de aluno, dando lhes outro significado. Trata-se de compreendê-los na sua diferença enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos emoções, desejos, projetos com lógicas de comportamento e hábitos que lhe são próprios.

O aluno do campo trás consigo um referencial cultural impregnado da realidade local e se reconhece como pertencente e protagonista dela, logo a unidade escolar camponesa imprime em seu espaço estas vivências específicas. É interessante perceber a importância de inserir os discentes na realidade do entorno escolar e no cotidiano especificamente rural em que vivem por ser algo fundamental para se caracterizar e valorizar ainda mais a sua cultura. Assim, um estudante do campo é culturalmente um aluno camponês e será tratado com o devido valor e importância pelos demais. A educação tem por objetivo trabalhar uma escola verdadeiramente conectada à cultura, valorizando assim os detalhes do ambiente em que seus estudantes vivem e as experiências de vida que eles trazem consigo, acarretando numa gradativa formação crítica e intelectual. É fundamental perceber a diversidade cultural existente na sala de aula, para assim se trabalhar o ensino e contribuir decisivamente para o sucesso do processo de aprendizagem. Por isso, é necessário que a escola campesina resgate nos alunos suas raízes fundamentadas no campo e refletidas nos aspectos de aprendizagem, estimulando seu envolvimento e comprometimento para com a valorização campestre. Por isso é tão importante os professores aprenderem uma “linguagem campestre⁶”, que faça com que os educandos valorizem suas origens e sua cultura rural.

REALIDADE DOS ALUNOS DAS ESCOLAS RURAIS DE PIRACEMA – MG: estudo de caso de alunos da localidade de Bom Retiro

Falando especificamente da educação campesina em Piracema – MG existem muitas dificuldades frente à estrutura do ensino rural ofertado nas escolas, frustrando a expectativa

⁵ Sobre simples, entende-se: singelo, puro, natural, sincero (FERREIRA, 2001, p. 676).

⁶ Entendido como a compreensão do ambiente que o aluno vive utilizando em sala como exemplos reais de seu cotidiano (SANTOS & LACERDA, 2008).

dos jovens devido à perspectiva da falta de emprego ou de cursos que os incentivem a se fixarem no campo, dentre outros mecanismos. Refletindo a respeito da situação descrita anteriormente, observa-se a ocorrência dessa frustração com o universo camponês manifestada nas conversas dos alunos, principalmente os jovens residentes nessas localidades (SANTOS & LACERDA, 2008). Neste sentido, foi realizada por ocasião do trabalho de conclusão de curso intitulado "A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA RURAL: construção da identidade do jovem e suas expectativas" uma pesquisa no município entre os dias 25 e 31 de julho de 2008, com estudantes residentes no Bom Retiro. Durante as entrevistas realizadas com educandos que estudam ou estudaram na escola rural do povoado de Bom Retiro a respeito do ensino e das relações entre professores e alunos, ficaram bem visíveis suas decepções perante algumas atitudes de educadores que não valorizam o campo, trazendo para sala aula apenas conteúdos urbanos, como textos e atividades de temas comuns na cidade se esquecendo na maioria das vezes que a realidade campestre é outra e que também merece atenção (SANTOS & LACERDA, 2008).

A pesquisa em campo realizada foi muito significativa para a reflexão das dificuldades e dos desafios que a sociedade urbano-industrial capitalista impõe ao meio rural e a seus moradores, principalmente os mais jovens. Foi perceptível também que esta mesma sociedade precisa valorizar imediatamente a cultura campestre brasileira, onde o camponês e seu espaço sejam devidamente reconhecidos e respeitados (SANTOS & LACERDA, 2008). Entrevistando os respectivos alunos em Piracema foi possível perceber que a escola rural, e o ensino de Geografia aplicado, apresentam limitações e precisam de atenção e reformulação, principalmente no que se refere à formação dos jovens para que os mesmos permaneçam junto às suas famílias e valorizem suas origens camponesas.

Na respectiva pesquisa de campo foram coletados dados e realizadas entrevistas com 10 jovens residentes na área rural. Foram escolhidas as três respostas mais significativas referentes à escolha de permanecer ou sair do campo em três níveis de escolaridade: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior à distância (SANTOS & LACERDA, 2008). É importante relatar que os nomes dos entrevistados foram modificados a fim de manter a privacidade dos mesmos. Os alunos entrevistados possuíam idades variadas entre 12/13 e 21/22 anos.

A primeira entrevistada escolhida foi da adolescente Roberta, de 12 anos, estudante da 7ª série. A jovem após concluir a quarta série na Escola Municipal Geraldo Ferreira das Chagas, no povoado do Bom Retiro, onde mora, foi transferida, para continuar seus estudos, para a Escola Municipal Doutor José Alves de Andrade, no povoado dos Costas, que fica acerca de 10 km da cidade de Piracema e a 12 km de sua casa (SANTOS & LACERDA, 2008). Seu pai sempre trabalhou com agricultura e gado leiteiro, sendo que, há pouco tempo, ganhou uma nova oportunidade de renda trabalhando com a queima de carvão vegetal. A mãe, por sua vez, está sempre ajudando o pai nos serviços pesados. Roberta relatou que sai de casa às 06h00min para chegar à escola às 08h20min, onde estuda até às 12h20min, chegando novamente em casa às 14h00min, totalizando oito horas por dia para ir e voltar. Tais condições quando não há dias chuvosos, pois as estradas pioram e muitas vezes o ônibus que transporta os estudantes fica atolado e os mesmos precisam seguir a pé o restante do percurso, seja para a casa ou para a escola.

Ela acredita que a educação lhe trará um futuro melhor, e afirma que, após terminar o ensino médio, tentará vestibular para medicina e, caso seja aprovada, terá que se mudar para Belo Horizonte. Ficou bastante evidente no depoimento de Roberta o seu desejo de um dia partir para uma cidade grande, mesmo imaginando as dificuldades que encontrará por lá. Roberta relatou que os discentes não recebem nenhum tipo de incentivo dos professores para permanecerem no campo. Muito pelo contrário, os professores costumam repetir com

frequência frases que incomodam muito os alunos, tais como “você quer continuar com essa vida? Ser igual aos pais de você, e não ser nada na vida” (SANTOS & LACERDA, 2008). Ela relatou ainda que a instituição escolar não possui nenhum projeto com minicursos voltados à valorização da cultura camponesa e, tão pouco, às aulas de computação, embora a escola possua alguns computadores que ficam trancados em uma sala.

Outro jovem do meio rural entrevistado foi Eduardo, de 16 anos, estudante do 1º ano do ensino médio na Escola Estadual Hermenegildo Vilaça, localizada na sede do município. Eduardo tem um pensamento diferente de Roberta, ele não pretende sair do campo e relatou que não gosta de ir à escola e somente estuda, até hoje, por que seu pai o obriga. (SANTOS & LACERDA, 2008). O estudante disse que gostaria de participar de algum curso para valorização e integração do homem ao campo, pois trabalha na lavoura de café, e é responsável pela ordenha das vacas à tarde, quando chega da escola. Ele adora a vida do campo, disse que cidade grande só mesmo nas férias ou nos finais de semana quando sempre procura uma festa na região para se divertir. E assim vai seguindo sua vida pacata, sem pretensões além das oferecidas em seu espaço de convivência.

A terceira entrevistada escolhida foi Cláudia, de 21 anos, aluna do 2º período do curso de Pedagogia na modalidade à distância. A jovem retratou a grande dificuldade de continuar seus estudos morando no campo, sendo possível apenas graças ao seu esforço de conseguir passar num concurso público da cidade vizinha de Desterro de Entre Rios e trabalhar. Com o salário deste emprego é paga a mensalidade da faculdade e demais despesas correlacionadas (SANTOS & LACERDA, 2008). Cláudia relatou que a maior dificuldade no curso superior foi o uso do computador, pois ela nunca havia navegado pela *internet* antes. Embora seu curso não seja especificamente voltado para a formação em Licenciatura camponesa, ela pretende se formar e trabalhar em alguma escola rural buscando uma melhoria na qualidade do ensino na região, para, assim, continuar vivendo com sua família no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude, por sua vez caracteriza-se por um estágio marcante em vários sentidos, havendo uma crise ou conflito que reflete em seu comportamento familiar, social, escolar etc. Por isto, faz-se necessário uma abordagem das expectativas de vida que os jovens trazem para a escola e das perspectivas de vida, que levarão consigo para o futuro. Neste sentido, é importante analisar as expectativas e perspectivas que os discentes do campo percebem através da escola enquanto estudantes e quais as contribuições do ensino da Geografia são possíveis para se manter a qualidade no ensino da zona rural, com temas e conteúdos que condizem com a realidade em que os alunos estão inseridos.

O homem está no campo, mas isso não quer dizer que permanecerá no espaço camponês, visto que, enquanto ser humano pensante e construtor de uma identidade decidirá por novos rumos e mudanças em sua vida. Percebe-se que muitas vezes é a própria limitação do ensino existente no campo que propicia a saída de tantos jovens para a cidade. Muitas vezes não é somente ao professor que cabe a função de educar para a vida no campo, mas, em vários momentos, é a própria coletividade que deve se organizar e trabalhar dentro de uma perspectiva de melhoria das condições de vida impostas a inúmeros camponeses brasileiros. Nos dias atuais, a ausência de um modelo educacional condizente com a realidade camponesa é um problema real na maioria das localidades rurais do país, com altos índices de evasão escolar em determinadas regiões. É fundamental o papel da escola enquanto um dos

mecanismos que educam para a vida, não excluído a ideia de que o ensino da Ecologia, da Filosofia, da Geografia, da História e da Sociologia, sem desvalorizar teoricamente ou metodologicamente os demais conteúdos curriculares, é o que mais se aproxima epistemologicamente das noções de importância da vida no campo, contribuindo para sua valorização.

O ambiente escolar é marcado pela diversidade, na qual cada aluno é um sujeito sociocultural e está inserido em um contexto próprio caracterizado pela família, religião e comunidade em que vive, independente dessa comunidade ser campestre ou não. É necessário, portanto, romper com as ideias de que o desenvolvimento, progresso e qualidade de vida somente são acessíveis através da ida para a cidade, fazendo com que todos respeitem as diferenças culturais entre espaços urbanos e rurais resultando na efetiva valorização dos sujeitos e do ambiente que compõe o fantástico universo camponês e sua especificidade cultural. A educação cultural associa-se à valorização rural e proteção ambiental das comunidades, para isso é necessário que se busque projetos que motivem e dê novas esperanças aos estudantes e suas famílias de permanecerem no campo. Assim como, faz-se necessária a orientação escolar àqueles que busquem uma saída consciente, quando ele assim quiser, auxiliando, de alguma forma, na sua integração em uma cidade grande, sem que o mesmo perca seus elos com a família e a realidade campesina da qual ele fez parte. Mesmo que ele opte em morar num grande centro urbano, certamente será um cidadão consciente da importância da ruralidade, valorizando suas origens rurais.

Após uma década de transformações dos espaços rurais e do jovem camponês, as perspectivas para o cenário educacional na zona rural de Piracema encontram-se em processos ainda mais decadentes. A redução do número de filhos por famílias, em decorrências das dificuldades encontradas no campo, incide, diretamente, no número de alunos matriculados nas poucas escolas que ainda resistem em alguns povoados. E assim, com o número cada vez menor de matrículas, tais escolas encontram-se cada vez mais próximas do risco de fechar. Além disso, o processo da urbanização, que constitui um elemento cultural de grande influência nos modos de vida local, tem afetado fortemente os jovens camponeses, levando-os a conceber a cidade como o espaço ideal de vida e afastando-os cada vez mais do meio rural. Seja por meio da migração, do êxodo rural ou até mesmo do acesso à internet (cuja ampliação do sinal deu-se, principalmente entre os anos de 2017 e 2018, no município de Piracema) tais jovens passam a conceber novas leituras de mundo e reapropriações de elementos culturais urbanos, que não se encontram ainda embutidos nas propostas educacionais destes núcleos escolares. Tal contexto elenca, desse modo, a importância da manutenção das escolas rurais, a fim de se preservar os valores e modos de vida do camponês, e ainda, a necessidade da sua adequação aos novos contextos socioculturais que se configuram nessas localidades.

A partir de inventários⁷ realizados recentemente pela Rede Ação Ambiental⁸, destacamos que os prédios escolares que resistem na zona rural de Piracema, podem, neste novo contexto de

⁷ Em 25 de março de 2018 realizamos uma visita técnica no município de Piracema no âmbito do projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da Rede de Ação Ambiental, intitulado – “Inventário das Paisagens Culturais e do Patrimônio Natural da região”, na qual nos foi possível observar essas novas potencialidades enunciados do artigo.

acesso expansivo à internet, apresentar novos usos e apropriações locais, tais como, o uso do espaço escolar para a configuração de: um centro cultural e comunitário; um centro de vivência agroecológica ou ainda para a instalação de escolas técnicas. Tais usos, inclusive, podem trazer novas perspectivas de vida para os moradores camponeses, em especial aqueles jovens que ainda acreditam que a realização pessoal possa estar na sua migração para os grandes centros urbanos, como Belo Horizonte ou São Paulo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vagner Luciano de Andrade. **Deslocamentos populacionais da zona rural de Desterro de Entre Rios, em Minas Gerais para o estado de Goiás**. 2007. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em Geografia e Análise Ambiental) – UNI-BH, Belo Horizonte, 2007.
- ANDRADE, Vagner Luciano de Andrade. Mineração ameaça a Serra da Tapera. **Revista Ecologia Integral**, Ponto de Vista, Belo Horizonte: Centro de Ecologia Integral, Ano 08, nº. 35, p.29-30, out. 2008.
- CORDEIRO. Maria do Carmo. Cultura, sociedade, educação e meio rural. Cláudio – MG. **Revista Eletrônica da UEMG**, Divinópolis, vol.3, p.1-15, 2005.
- DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. 194 p.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura Escolar e Cultura Urbana no Brasil. **Revista Presença Pedagógica**, volume 11, nº 66, Nov./ Dez, p.41 – 51, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: século XXI – o minidicionário da língua portuguesa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 676 p.
- FREIRE, Paulo. Professora sim tia não – cartas a quem ousa ensinar. 2ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 1993. 127p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações geográficas sobre o município de Piracema, estado de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 13/03/2017.
- **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/piracema/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>>. Acesso em: 04/01/2019.
- LACERDA. Raquel Bernardo dos Santos. Juventude, Identidade e Cultura. In: 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2006, Florianópolis. **Anais do...** Florianópolis, UFSC, 2006, p. 1-15.
- LEITE, Sérfio Celani. **Urbanização do Processo Escolar Rural**. 1996. 248 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996.
- MAGELA NETO, Othílio. **Construindo a História de Piracema – Minas Gerais**. Piracema: Prefeitura Municipal de Piracema, 1991.
- MELO, Silas Nogueira de. **Educação no campo e Educação Rural: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de

⁸ A "Rede Ação Ambiental: agentes ambientais em ação" é um grupo criado em março de 2005, a partir do "I Encontro de Agentes Ambientais" realizado pela Gerência de Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com o objetivo de articular e integrar os agentes formados pelos cursos "BH Itinerante" e "Educação para o Risco Socioambiental" realizados no âmbito desta secretaria.

Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1997. 164 p.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei 9.394 - Lei de diretrizes e bases da educação, artigo 28**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf.p.13>>. Acesso em 13/03/2016

ROMANO, Raimunda de Lira; CUNHA, Aldenéia Soares. **Educação Rural**: Um desafio para o educador, uma perspectiva de inclusão para o educando. 2005. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário do Norte, Manaus, 2005.

SANTOS, Ana Paula dos; ANDRADE, Vagner Luciano de. Educação rural como instrumento de valorização do campo. **Revista Ecologia Integral**, Belo Horizonte, Ano 8, nº 33. Mar., p. 26-30. 2008.

SANTOS, Ana Paula dos; LACERDA, Raquel Bernardo dos Santos. **A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA RURAL**: construção da identidade do jovem e suas expectativas. 2008. 20 folhas. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em Geografia e Análise Ambiental) - Belo Horizonte, UNI-BH, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Relação das escolas públicas do município de Piracema – MG em 2009**. Disponível em <<https://www.educacao.mg.gov.br/parceiro/lista-de-escolas>> Acesso em 13/03/2016.

Recebido em: 16/01/2018

Aceito para publicação em: 19/04/2018